

CONCURSO PÚBLICO

## 001. PROVA OBJETIVA

### ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO I

ÁREA DE TRABALHO: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS / RECURSOS HUMANOS /  
PROTOCOLO E ADMINISTRATIVO (CÓD. F06)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 80 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

A revolução digital fortalece as previsões de que as casas ou lares inteligentes oferecerão mais conveniência e menos dispêndio de energia em um futuro próximo.

A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os moradores, com redução ou eliminação de trabalhos domésticos. Portanto, para que as edificações inteligentes tenham sucesso, elas deverão se estruturar com base nessa visão de conveniência como solução para os que vivem em um mundo acelerado e estar ancoradas em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis e fáceis de operar, tornando a vida das pessoas mais simples.

Além da conveniência, outro relevante benefício das casas inteligentes para os consumidores é a sua capacidade de incorporar aspectos relacionados à administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de ar e eletrodomésticos. Um conjunto de sensores, adequadamente configurados para gerenciar esses sistemas, pode gerar diminuição considerável nos gastos com energia, com reflexos ambientais e econômicos importantes.

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo para avaliar a economia no consumo de energia gerada com o uso de sensores inteligentes em um apartamento de um dormitório, cozinha, sala de estar, sala de jantar e banheiro. O estudo concluiu que a economia pode chegar a quase 40% do consumo médio mensal de energia.

A tendência de crescimento desse mercado é clara. A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes deve alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022. O crescimento estará calcado, principalmente, na conexão da casa com os ambientes digitais externos, como, por exemplo, a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de alimentos.

Naturalmente, a tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, tornando-se acessível e barata. Com isso, mais pessoas poderão utilizar-se dela, e novos padrões, modelos e estilos de vida devem se consolidar, principalmente nas áreas urbanas.

(Claudio Bernardes. Casas inteligentes trarão conveniência e reduzirão gasto de energia. *Folha de S.Paulo*. [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br). 22.01.18. Adaptado)

**01.** Na opinião do autor, a evolução da tecnologia das casas inteligentes

- (A) permitirá que a conexão de eletrodomésticos com fornecedores de energia reduza as necessidades de consumo.
- (B) levará a um menor gasto energético em decorrência do investimento público em fontes de energia renovável.
- (C) ensejará o desenvolvimento de novos hábitos, especialmente entre os moradores de áreas urbanas.
- (D) fará com que as pessoas passem a dedicar mais tempo a atividades domésticas em seu dia a dia.
- (E) deverá se tornar mais barata em centros urbanos, o que acarretará uma intensificação do êxodo rural.

**02.** O autor organiza sua argumentação de modo a apresentar,

- (A) no último parágrafo, uma informação que contesta o que foi exposto nos parágrafos anteriores.
- (B) no parágrafo 1, uma opinião para a qual expõe um argumento a favor e outro contra nos parágrafos 2 e 3, respectivamente.
- (C) no parágrafo 2, uma informação polêmica que é contrariada logo em seguida, no parágrafo 3.
- (D) nos parágrafos 2, 3 e 4, os dois principais benefícios das casas inteligentes apontados logo no parágrafo 1.
- (E) no parágrafo 3, uma ressalva para o que se explicita no parágrafo 2 acerca das edificações inteligentes.

**03.** Considere a frase:

A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes **deve** alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022.

Nesse contexto, a forma verbal destacada exprime ideia de

- (A) recomendação.
- (B) obrigatoriedade.
- (C) refutação.
- (D) probabilidade.
- (E) comprovação.

**04.** Um vocábulo empregado com sentido figurado está em destaque na seguinte passagem:

- (A) ... outro **relevante** benefício das casas inteligentes para os consumidores... (3º parágrafo)
- (B) ... elas deverão [...] estar **ancoradas** em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis... (2º parágrafo)
- (C) A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os **moradores**... (2º parágrafo)
- (D) ... administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de **ar** e eletrodomésticos. (3º parágrafo)
- (E) ... a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de **alimentos**. (5º parágrafo)

05. Considere o trecho:

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo...

Esse trecho está reescrito, conforme a norma-padrão, com a forma verbal na voz passiva correspondente em:

- (A) Um estudo foi desenvolvido pelo departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (B) Um estudo foi que desenvolveu o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (C) Foi o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia que desenvolveu um estudo.
- (D) O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia tinha desenvolvido um estudo.
- (E) Veio desenvolvendo um estudo o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.

06. Após o deslocamento da expressão destacada, permanece pontuada de acordo com a norma-padrão a frase:

- (A) A tecnologia das casas inteligentes **naturalmente**, continuará a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (B) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se **naturalmente**, acessível e barata.
- (C) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se, **naturalmente** acessível e barata.
- (D) A tecnologia das casas inteligentes continuará, **naturalmente** a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (E) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, **naturalmente**, tornando-se acessível e barata.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Há pessoas que têm vergonha de viver: são os tímidos, entre os quais me incluo. Desculpem, por exemplo, estar tomando lugar no espaço. Desculpem eu ser eu. Quero ficar só! grita a alma do tímido que só se liberta na solidão. Contraditoriamente quer o quente aconchego das pessoas.

E para pedir aumento de salário – a tortura. Como começar? Apresentar-se com fingida segurança de quem sabe quanto vale em dinheiro – ou apresentar-se como se é, desajeitado e excessivamente humilde.

O que faz então? Mas é que há a grande ousadia dos tímidos. E de repente cheio de audácia pelo aumento com um tom reivindicativo que parece contundente. Mas logo depois, espantado, sente-se mal, julga imerecido o aumento, fica todo infeliz.

(Clarice Lispector. Vergonha de viver. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro, Rocco Digital, 2013. Adaptado)

07. A contradição que a autora identifica no comportamento dos tímidos diz respeito ao fato de

- (A) se portarem de modo desajeitado na hora de pedir aumento.
- (B) camuflarem uma segurança ao pedirem aumento de salário.
- (C) desejarem permanecer igualmente isolados e acompanhados.
- (D) se sentirem oprimidos mesmo quando estão sozinhos.
- (E) ficarem envergonhados diante do próprio fato de existirem.

08. São empregadas como sinônimas, no texto, as palavras:

- (A) alma; aconchego (1º parágrafo).
- (B) ousadia; audácia (3º parágrafo).
- (C) vergonha; solidão (1º parágrafo).
- (D) reivindicativo; contundente (3º parágrafo).
- (E) espantado; imerecido (3º parágrafo).

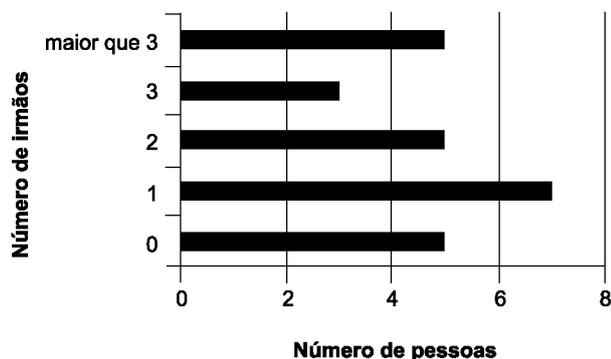
09. A concordância está em conformidade com a norma-padrão na frase:

- (A) Embora aos tímidos não sejam agradáveis pedir aumento, às vezes isso é necessário.
- (B) Muitos tímidos são capaz de tornar-se extremamente ousado em determinadas situações.
- (C) Os tímidos consideram torturante ter de pedir aumento, mas o fazem por necessidade.
- (D) São comuns que os tímidos se culpem depois de terem se exposto em certa ocasião.
- (E) Devem haver ousadia e timidez em todos, o que muda é a forma como são vivenciadas.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente, conforme a norma-padrão.

- (A) Atribui-se à timidez uma certa dificuldade em fazer amizades.
- (B) Muita gente relaciona timidez à uma certa atitude arrogante.
- (C) Para os tímidos, pedir aumento assemelha-se à alguma tortura.
- (D) Vincula-se erroneamente aos tímidos à falta de coragem.
- (E) Normalmente, não se associa ousadia à pessoas tímidas.

11. No gráfico a seguir, constam informações sobre o número de irmãos de 25 pessoas pesquisadas. Sabe-se que as 25 pessoas não têm entre si relacionamento familiar e que os irmãos de cada entrevistado são filhos do mesmo pai e mãe.

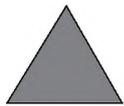


Com base nas informações contidas no gráfico, é correto afirmar que o número de irmãos, na população pesquisada, é, necessariamente,

- (A) menor ou igual a 40.  
 (B) igual a 41.  
 (C) maior que 41 e menor que 45.  
 (D) maior ou igual a 46.  
 (E) igual a 45.
12. Em um grupo composto por 300 pessoas, o número das que são servidores públicos corresponde a quatro unidades a mais que a nona parte dos que são funcionários da iniciativa privada, e o número de pessoas que são autônomas corresponde a quatro vezes o número de servidores públicos. Se nesse grupo de pessoas há apenas os subgrupos mencionados, então a diferença entre o número de pessoas autônomas e o de servidores públicos é igual a
- (A) 66.  
 (B) 57.  
 (C) 72.  
 (D) 45.  
 (E) 39.
13. Certa quantidade  $x$  de litros de um produto, quando dividido em recipientes do tipo A, enche  $y$  recipientes, sobrando 6,4 litros. Quando essa quantidade é dividida em recipientes do tipo B, com capacidade de 12 litros cada um, enche um número de recipientes que é uma unidade a menos que  $y$ , e ainda sobram 10 litros. Em recipientes do tipo C, cada um com 11 litros, a mesma quantidade  $x$  enche um número de recipientes que é uma unidade a mais que  $y$ , sobrando 8 litros. Dessa forma, é correto afirmar que a capacidade de cada vasilhame do tipo A, em litros, é igual a
- (A) 11,9.  
 (B) 11,5.  
 (C) 11,8.  
 (D) 11,7.  
 (E) 11,6.

14. Sobre um grupo de candidatos para os cargos A, B e C, sabe-se que 30 se inscreveram para as provas de todos os três cargos, 40 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e B, 55 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e C, e 50 se inscreveram somente para as provas dos cargos B e C. Se 135 candidatos desse grupo se inscreveram para a prova do cargo A, 125 se inscreveram para a prova do cargo B, e 150 candidatos se inscreveram para a prova do cargo C, então é verdade que, das alternativas propostas, a que mais se aproxima da relação entre o número de candidatos que se inscreveram para uma única prova e o número total de candidatos desse grupo é
- (A) 13%.  
 (B) 15%.  
 (C) 11%.  
 (D) 17%.  
 (E) 19%.

15. Considere a sequência de figuras em que as primeiras são:



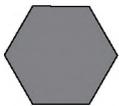
**Figura 1**  
(triângulo)



**Figura 2**  
(quadrado)



**Figura 3**  
(pentágono)



**Figura 4**  
(hexágono)



**Figura 5**  
(trapézio)



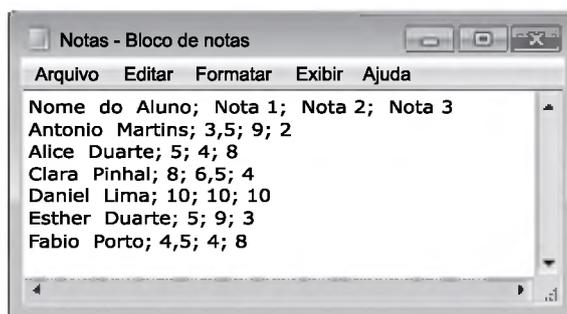
**Figura 6**  
(losango)

Sabendo-se que a figura 7 é igual à figura 1, a figura 8 é igual à figura 2, a figura 9 é igual à figura 3, e assim por diante, é correto afirmar que a figura 148 é um

- (A) quadrado.  
 (B) losango.  
 (C) triângulo.  
 (D) pentágono.  
 (E) hexágono.
16. Considere *verdadeira* a afirmação “Se Márcia é Analista de Suporte, então Roberto é especialista em regulação” e *falsa* a afirmação “Márcia é Analista de Suporte e Roberto é especialista em regulação”.
- Nessas condições, é necessariamente verdade que
- (A) Márcia é Analista de Suporte ou Roberto não é especialista em regulação.  
 (B) Roberto é especialista em regulação.  
 (C) Márcia é Analista de Suporte.  
 (D) Márcia não é Analista de Suporte.  
 (E) Roberto não é especialista em regulação.

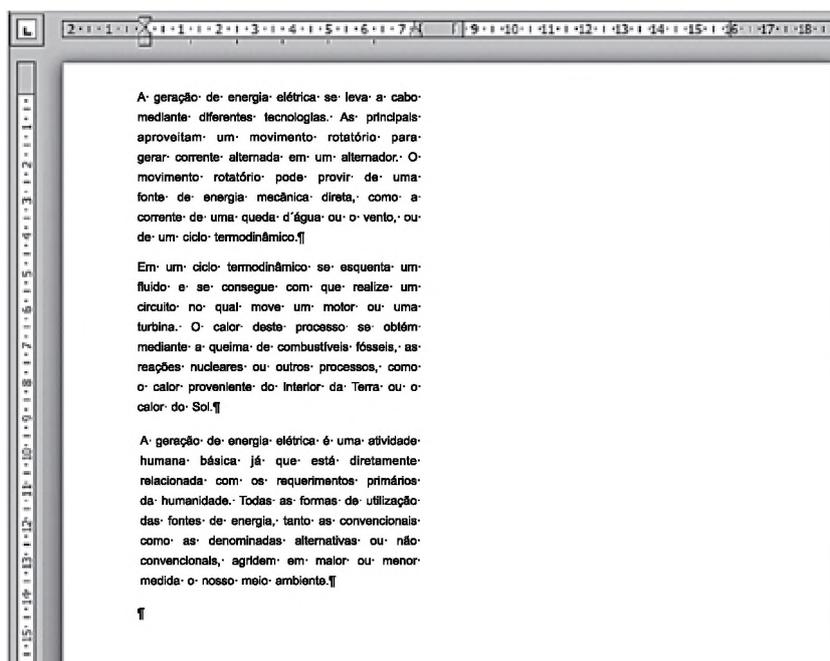
## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

17. Observe o arquivo a seguir, chamado Notas.csv, que está sendo importado pelo usuário para uma planilha no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, utilizando o item “De Texto”, do grupo “Obter Dados Externos”, da guia “Dados”.



Ao iniciar a importação do arquivo na primeira linha, utilizar o delimitador “ponto e vírgula” para separar os campos, definir o formato dos dados da coluna como Geral e inserir os dados em uma nova planilha, a partir da célula A1, o conteúdo da célula C4 será

- (A) 6,5
  - (B) 9
  - (C) 10
  - (D) 5
  - (E) 3,5
18. Observe a imagem a seguir, extraída do MS-Word 2010, em sua configuração original. Ela apresenta três parágrafos de um documento que está dividido em duas colunas.

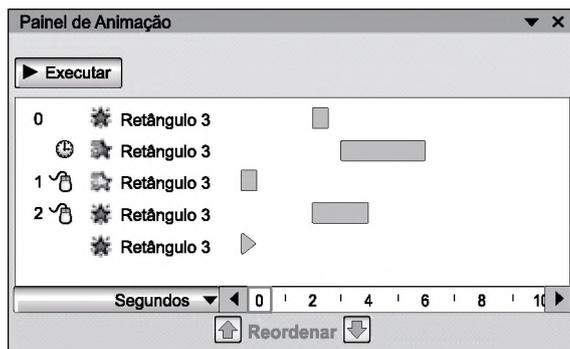


Considere que os controles de quebras de página e coluna podem ser acessados no item “Quebras”, do grupo “Configurar Página”, da guia “Layout da Página”.

Ao se inserir uma quebra de coluna entre o primeiro e o segundo parágrafos,

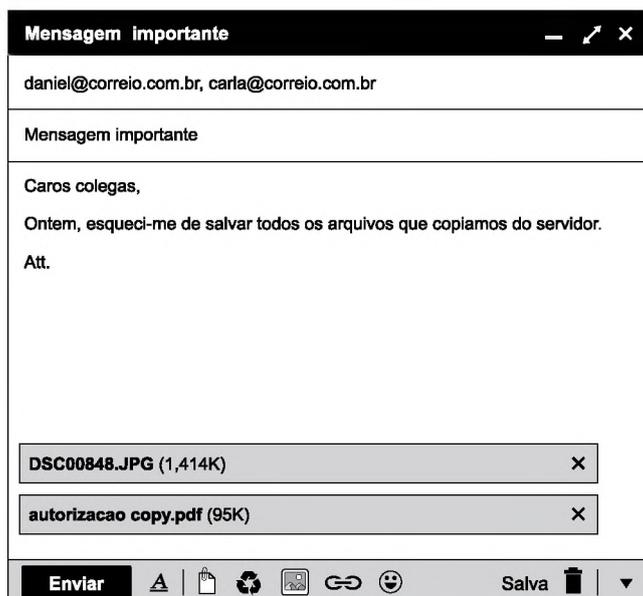
- (A) apenas o segundo parágrafo será descolado para uma nova página.
- (B) os três parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (C) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para a segunda coluna.
- (D) apenas o segundo parágrafo será descolado para a segunda coluna.
- (E) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para uma nova página.

19. Observe o Painel de Animação a seguir, extraído do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. O slide em edição contém apenas uma forma, o Retângulo 3.



Assinale a alternativa que contém a duração da animação (em segundos) aplicada ao Retângulo 3 no segundo clique, após o usuário iniciar o modo de apresentação de slides.

- (A) 8
  - (B) 4
  - (C) 6
  - (D) 0
  - (E) 2
20. No MS-Windows-7, em sua configuração padrão, para exibir a área de trabalho, o usuário pode utilizar o atalho de teclado
- (A) Ctrl+A
  - (B) Tecla do logotipo do Windows + Z
  - (C) Tecla do logotipo do Windows + D
  - (D) Ctrl+Z
  - (E) Ctrl+D
21. Observe a tela de edição de novas mensagens do GMAIL, acessada no navegador Google Chrome, versão 64.0.3282.



O valor “95K” exibido na imagem identifica

- (A) o tamanho do arquivo anexado.
- (B) a quantidade de arquivos anexados.
- (C) a quantidade de vezes que a mensagem foi “curtida”.
- (D) a quantidade de vezes que a mensagem foi lida.
- (E) um código de acesso para abrir o arquivo.

- 22.** Nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998, a respeito do direito de petição, assinale a alternativa correta.
- (A) É assegurado a qualquer pessoa física, sem o pagamento de taxas, e à jurídica, mediante pagamento das custas a serem definidas pelo respectivo órgão público.
  - (B) Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.
  - (C) É instrumento legal contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos, garantido, exclusivamente, a todo aquele que comprovar sua condição de cidadão brasileiro.
  - (D) As entidades associativas poderão exercê-lo, em defesa dos direitos dos seus membros, independentemente de autorização de seus estatutos.
  - (E) O legitimado a exercê-lo deverá comprovar sua capacidade postulatória para defender seu interesse próprio ou de terceiros.
- 23.** Determinado órgão público decide vender seus bens móveis considerados inservíveis. Nessa hipótese, a Lei nº 8.666/1993 dispõe que essa venda deverá ser realizada por meio de
- (A) tomada de preços.
  - (B) concorrência.
  - (C) concurso.
  - (D) convite.
  - (E) leilão.
- 24.** A empresa “X” foi contratada pelo poder público, nos termos da Lei nº 8.987/1995, por meio de concessão para prestação de serviço público, e pretende fazer uma subconcessão do serviço contratado. Essa pretensão da empresa concessionária “X”
- (A) é admitida pela Lei, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
  - (B) é permitida por lei, mas a outorga de subconcessão deve ser precedida de tomada de preços, com a prévia e expressa anuência do poder público.
  - (C) é possível de forma parcial, mas o contrato celebrado entre a concessionária e o terceiro estabelecerá uma nova relação jurídica entre este e o poder concedente.
  - (D) é permitida pela Lei, mas o subconcessionário se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da subconcedente, não se limitando ao contrato da subconcessão.
  - (E) não é admitida pela Lei e, portanto, não pode ser autorizada pelo poder concedente, resultando em nulidade de eventual contrato de subconcessão.
- 25.** Segundo disposto na Lei Estadual nº 7.835/1992, na hipótese de uma concessionária de serviço público paralisar a prestação do serviço sem justa causa, a referida Lei dispõe que poderá, após procedimento sumário que assegure o direito de defesa à concessionária, ser declarada(o)
- (A) a expropriação.
  - (B) o resgate.
  - (C) a caducidade.
  - (D) a anulação.
  - (E) a encampação.
- 26.** A respeito dos consórcios públicos, a Lei nº 11.107/2005 estabelece que
- (A) os consórcios podem ser contratados pelos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
  - (B) os consórcios não poderão receber auxílios e subvenções de outros órgãos do governo.
  - (C) os consórcios constituídos sob a forma de associação pública não podem promover desapropriações.
  - (D) é vedada a constituição de consórcios públicos na área da saúde.
  - (E) é vedada à União participar de consórcios públicos.
- 27.** No tocante à responsabilidade, o Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos, dispõe que
- (A) os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.
  - (B) os consórcios e os entes federados consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
  - (C) em nenhuma hipótese, os dirigentes do consórcio público responderão pelas obrigações por ele contraídas.
  - (D) os entes federados consorciados não poderão responder pelas obrigações assumidas pelo consórcio público.
  - (E) os consórcios não podem ser responsabilizados pelas obrigações assumidas, mas somente os entes federados consorciados.

28. Supondo que a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP aplique a uma empresa privada uma sanção por descumprimento contratual, e a empresa apenas apresente um recurso administrativo, este será julgado pela

- (A) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ou pela Secretaria de Energia e Mineração, de acordo com o caso, no exercício de uma função típica.
- (B) Secretaria de Energia e Mineração, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função típica.
- (C) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função atípica.
- (D) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que integra o Poder Executivo, no exercício de função típica.
- (E) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Legislativo, no exercício de uma função típica.

29. A Constituição do Estado de São Paulo prevê expressamente um princípio pelo qual pode ser exigida proporcionalidade entre os meios de que se utilize a Administração e os fins que ela tem que alcançar. Considera-se, ainda, que essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. O conceito ora enunciado refere-se ao princípio

- (A) da finalidade.
- (B) da eficiência.
- (C) da motivação.
- (D) do interesse público.
- (E) da razoabilidade.

30. Considere a seguinte situação hipotética:

Uma pessoa encaminha pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, por meio eletrônico, solicitando cópia do contrato de metas celebrado em 2015 entre esta e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A informação solicitada, o contrato de metas, está disponível ao público em geral, em formato eletrônico, na página de internet da ARSESP.

Nesse caso, o agente público competente para responder pelo Serviço de Informação ao Cidadão deverá, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11 e do Decreto Estadual nº 58.052/12,

- (A) informar ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual ele poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, no caso, o endereço eletrônico em que o contrato está disponibilizado.
- (B) indeferir o pedido do interessado, por falta de interesse de agir, já que o documento solicitado se encontra disponível ao público em geral.
- (C) indeferir o pedido do interessado, pois o acesso à informação não compreende documentos referentes à utilização de recursos públicos em contratos administrativos.
- (D) deferir o pedido e remeter, pela via eletrônica, ao endereço de correio eletrônico do interessado, obrigatoriamente fornecido no pedido, o arquivo que contém o contrato solicitado.
- (E) informar o endereço eletrônico em que se encontra o contrato solicitado e encerrar a demanda, mesmo que o interessado declare que não possui acesso regular e contínuo à internet.

**31.** Considere a seguinte situação hipotética:

A diretoria da ARSESP, composta por 5 diretores, no exercício de suas funções, tomou uma decisão colegiada que veio a causar prejuízos à Agência. No entanto, Perseu, um dos diretores, estava ausente da reunião na qual foi tomada a decisão e não declarou, oportunamente, seu desacordo com o decidido. E Hércules, outro diretor, embora presente, amparado no Regimento Interno, havia manifestado formalmente seu desacordo com essa decisão. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 1.025/2007, no tocante à responsabilidade da Diretoria, é correto afirmar que

- (A) todos os diretores deverão responder solidariamente pela decisão que causou prejuízo à Agência.
- (B) apenas Perseu não será responsabilizado pela decisão, porque estava ausente da reunião, mesmo que não tenha se manifestado.
- (C) Perseu e Hércules não poderão ser responsabilizados, sendo responsáveis solidários apenas os três outros diretores.
- (D) nenhum diretor responderá pela decisão, uma vez que esta foi tomada pelo órgão colegiado, devendo apenas a ARSESP ser responsabilizada.
- (E) apenas Hércules não será responsabilizado pela decisão, em razão da discordância formal por ele manifestada.

**32.** Nos termos da Lei Complementar nº 1.025/2007, é correto afirmar que a representação judicial da ARSESP, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida

- (A) pela Assessoria Jurídica.
- (B) pela Diretoria Jurídica.
- (C) pelo seu Vice-Diretor Jurídico.
- (D) pela Procuradoria Geral do Estado.
- (E) pela sua Assessoria Técnica.

**33.** No que diz respeito à cessão de empregados da ARSESP a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, o Decreto Estadual nº 52.455/2007 estabelece que é

- (A) vedada sem prejuízo da remuneração, exceto se a Diretoria declarar ser de interesse da autarquia.
- (B) permitida sem prejuízo da remuneração, e vedada, em qualquer caso, com prejuízo da remuneração.
- (C) vedada, exceto com prejuízo da remuneração, desde que autorizada pelo Governador.
- (D) expressamente vedada, em qualquer caso, com ou sem remuneração.
- (E) permitida com ou sem prejuízo da remuneração, desde que solicitada pelo Secretário da Casa Civil.

**34.** Nos termos do Decreto Estadual nº 52.455/2007, com relação às decisões da Diretoria da ARSESP sobre a aplicação de multas ou outras penalidades aos prestadores de serviços regulados, é correto afirmar que

- (A) não caberá recurso.
- (B) caberá recurso ao Secretário Estadual de Saneamento e Energia.
- (C) caberá recurso ao respectivo Conselho de Orientação.
- (D) o interessado poderá solicitar revisão à própria Diretoria.
- (E) caberá pedido de parcelamento, com exclusão de multa e juros, no prazo de 15 dias da decisão definitiva.

#### **AGÊNCIAS REGULADORAS**

**35.** O Órgão Regulador deve possuir uma base de informações técnicas e mercadológicas de boa qualidade, para poder exercer uma regulação eficiente e garantir a prestação do serviço público adequado, com tarifas módicas em um cenário empresarial competitivo. No entanto, se houver uma assimetria de informações, a ação da agência reguladora, sem uma base de dados e informações referentes ao negócio, essencial para balizar o nível da intervenção regulatória, pode ser menos efetiva na defesa do usuário ou até mesmo gerar risco significativo de inviabilizar a prestação do serviço. Essa teoria, que explora os problemas causados pela assimetria de informações, é denominada teoria

- (A) das imperfeições do mercado.
- (B) do agente principal.
- (C) da captura.
- (D) da regulação.
- (E) de equilíbrio dos mercados.

36. O Órgão Regulador pode estabelecer metas a serem atingidas pelas empresas que atuem nos setores regulados, buscando determinar as eficiências, tanto alocativa quanto produtiva, no setor. Essa técnica de regulação é denominada
- (A) controle de quantidade e de qualidade.  
 (B) controle qualitativo.  
 (C) *rate of return regulation*.  
 (D) controle de entrada e saída.  
 (E) subsídio cruzado.
37. Suponha que ocorra uma explosão de tubulação de gás canalizado a qual passe sob uma determinada rua e que este fato cause a morte de um pedestre, que transitava pelo local e não possui fornecimento de gás encanado em seu domicílio, situado em local muito distante daquele em que ocorreu o acidente. Diante do previsto no Código de Defesa do Consumidor, a concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado responsável pela tubulação em questão
- (A) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, já que a vítima do evento não pode ser equiparada ao consumidor para essa finalidade.  
 (B) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, mas com direito de regresso em face do Poder Concedente, porque a vítima não se equipara a consumidor.  
 (C) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos, sejam eles prestados diretamente pelo Estado, ou por terceiros, mediante concessão, não se submetem à disciplina do Código de Defesa do Consumidor.  
 (D) deve responder, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados à vítima, pois a vítima do evento é equiparada ao consumidor para essa finalidade.  
 (E) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos somente são submetidos à disciplina do Código de Defesa do Consumidor se prestados diretamente pelo Estado.
38. Sobre o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, um dos órgãos que compõem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, assinale a alternativa correta.
- (A) No caso de renúncia, morte, ou perda de mandato do Conselheiro, o cargo permanecerá vago até o final do período correspondente ao fim do mandato.  
 (B) É permitido, ao Presidente e ao Conselheiro, emitir parecer sobre matéria de sua especialização, ainda que em tese, ou funcionar como Consultor de qualquer tipo de empresa.  
 (C) É vedado ao Presidente e aos Conselheiros, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que deixar o cargo, representar qualquer pessoa, física ou jurídica, ou interesse perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ressalvada a defesa de direito próprio.  
 (D) O Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros 1 (um) Presidente e 4 (quatro) Conselheiros escolhidos entre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico.  
 (E) Os cargos de Presidente e de Conselheiro são de dedicação exclusiva, não se admitindo qualquer acumulação, salvo as constitucionalmente permitidas.
39. Assinale a alternativa correta sobre o Programa de Leniência regulamentado na Lei que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
- (A) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, poderá celebrar acordo de leniência com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável.  
 (B) Para poderem celebrar o acordo de leniência, as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica devem colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, e, dessa colaboração, basta resultar a identificação dos demais envolvidos na infração.  
 (C) Da colaboração das pessoas física ou jurídica, deve, efetivamente, resultar a identificação dos demais envolvidos na infração ou a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.  
 (D) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, o beneficiário ficará impedido de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de seu julgamento.  
 (E) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica.

40. Acerca dos atos de concentração, é correto afirmar que

- (A) o Conselho Administrativo de Defesa Econômica regulamentará, por meio de Decreto, a análise prévia de atos de concentração realizados com o propósito específico de participação em leilões, licitações e operações de aquisição de ações por meio de oferta pública.
- (B) as mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas, devem ser comunicados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para, se for o caso, serem examinados.
- (C) os atos que se subsumirem ao caput do artigo 88 da Lei nº 12.529/2011 não podem ser consumados antes de apreciados, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária e aberto processo administrativo, se for o caso.
- (D) o controle dos atos de concentração será prévio e realizado em, no máximo, 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda.
- (E) serão permitidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

41. Uma determinada empresa pública pretende abrir procedimento licitatório para celebração de parceria público-privada, com o objetivo único de contratação de mão de obra. O contrato a ser celebrado deverá ter a duração de 8 anos e o valor da contratação será de 10 milhões de reais.

Nessa hipótese, segundo o disposto na Lei nº 11.079/2004, a pretendida parceria

- (A) não poderá ser feita, em razão de a Lei vedar a parceria com o objetivo único de contratação de mão de obra.
- (B) não poderá ser feita, tendo em vista que o valor do contrato a ser celebrado é inferior ao permitido pela Lei.
- (C) não poderá ser feita, uma vez que o tempo de duração do contrato a ser celebrado é superior ao permitido pela Lei.
- (D) atende aos requisitos legais quanto ao tempo de duração e valor do contrato, mas não pode ser feita, pois empresa pública não pode celebrar parceria.
- (E) poderá ser feita, uma vez que a Lei não veda esse tipo de contratação, e o tempo e valor do serviço a ser prestado estão de acordo com as exigências legais.

42. Considerando o disposto na Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta a respeito da licitação nas parcerias público-privadas.

- (A) As concessões patrocinadas em que mais de setenta por cento da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.
- (B) A abertura do processo licitatório não poderá ser autorizada sem que conste do respectivo edital o tipo de garantia a ser exigida do licitante no contrato de parceria a ser celebrado.
- (C) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de tomada de preços quando o valor do contrato for de até cinco milhões de reais, e de concorrência acima desse valor.
- (D) No instrumento convocatório, deverá constar que os conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato deverão ser solucionados pela Justiça brasileira, vedado o uso de mecanismos privados de resolução de disputas.
- (E) É expressamente vedado ao edital prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento na licitação da parceria público-privado.

43. No que diz respeito à competência disciplinada pela Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que
- (A) a competência é irrenunciável e delegável, mas não admite a avocação.
  - (B) o ato de delegação não pode ser revogado pela autoridade delegante.
  - (C) a decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.
  - (D) o ato de delegação dispensa a sua publicação em diário oficial.
  - (E) é permitida a delegação da edição de ato de caráter normativo.
44. Ícaro, funcionário público federal, foi intimado por via postal de uma audiência de processo administrativo com três dias úteis de antecedência da data marcada para o seu comparecimento. Nessa situação, a Lei nº 9.784/1999 estabelece que Ícaro
- (A) poderá deixar de comparecer à audiência, mas sua ausência implicará no reconhecimento da verdade dos fatos constantes do processo.
  - (B) poderá comparecer espontaneamente, o que suprirá a nulidade da intimação que foi efetivada sem a antecedência exigida por lei e ainda por via postal, que é vedado.
  - (C) não foi regularmente intimado a comparecer à audiência, uma vez que o ato de intimação efetivado por via postal é nulo.
  - (D) deverá comparecer na audiência para alegar que a intimação foi intempestiva e requerer a designação de nova data para seu comparecimento.
  - (E) foi regularmente intimado, pois a intimação se deu com a antecedência exigida, e não há impedimento de que esse ato seja efetivado por via postal.
45. Determinado Município enviou suas contas para apreciação e julgamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Este, por sua vez, após o devido exame das contas, constatou a existência de indícios de ilícito penal e também falta de natureza formal a qual, porém, não gerou danos ao erário. Nessa hipótese, a Lei Complementar nº 709/1993 estabelece que o Tribunal deverá
- (A) mandar instaurar inquérito policial para apurar o ilícito penal e julgar as contas regulares.
  - (B) determinar a remessa de peças ao Ministério Público, para adoção das providências cabíveis na área penal e julgar as contas regulares com ressalvas.
  - (C) remeter ofício ao juiz criminal para as providências cabíveis a respeito do ilícito penal e julgar as contas irregulares.
  - (D) ordenar a extração de cópias e enviar à autoridade policial para a devida apuração do ilícito penal e julgar as contas regulares com ressalvas.
  - (E) abrir processo administrativo para apuração de responsabilidade sobre o ilícito penal, remetendo as conclusões ao Ministério Público e julgar as contas irregulares.
46. Segundo a Lei Complementar nº 709/1993, das decisões finais das Câmaras do Tribunal de Contas,
- (A) caberá recurso ordinário ao Presidente do Tribunal, sem efeito suspensivo.
  - (B) caberá pedido de reconsideração ao Presidente do Tribunal, com efeito suspensivo.
  - (C) caberá pedido de reconsideração ao Presidente do Tribunal, sem efeito suspensivo.
  - (D) caberá recurso ordinário ao Tribunal Pleno, com efeito suspensivo.
  - (E) não caberá recurso.

47. A respeito das multas e sanções previstas na Lei Complementar nº 709/1993, é correto afirmar:
- (A) o Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até dez vezes o valor do dano causado ao erário, aos responsáveis por contas julgadas irregulares.
  - (B) não poderá o Tribunal de Contas decretar a indisponibilidade de bens do responsável pelos danos causados ao erário se outra sanção já tiver sido a ele aplicada pela mesma infração.
  - (C) quando o ordenador, gestor ou responsável for julgado em débito, poderá o Tribunal de Contas aplicar-lhe multa de até mil vezes o valor atualizado do dano causado ao erário.
  - (D) se o Tribunal de Contas considerar grave a infração cometida, o responsável ficará inabilitado, por um período entre cinco a dez anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública.
  - (E) ficará sujeito à multa de até duas mil vezes o valor da UFESP aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal de Contas, salvo motivo justificado.
48. Os processos referentes às contas do Governador do Estado, segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, serão distribuídos
- (A) ao Vice-Presidente do Tribunal, que é o competente para conhecer dessa matéria.
  - (B) por sorteio aleatório, que será realizado pelo Tribunal em sessão pública e aberta a todos.
  - (C) pelo sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.
  - (D) por ato decisório do Presidente do Tribunal, que escolherá o Conselheiro relator.
  - (E) ao Conselheiro que tiver menor número de processos a relatar no momento da distribuição.
49. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a emissão de parecer prévio sobre a prestação anual das contas dos Prefeitos Municipais é da competência privativa
- (A) do Presidente do Tribunal.
  - (B) das Câmaras.
  - (C) do Tribunal Pleno.
  - (D) do Conselheiro relator.
  - (E) da Procuradoria da Fazenda do Estado.
50. Ísis, como usuária de um serviço público, tendo sido prejudicada, fez uma denúncia ao órgão estadual competente, com base na Lei Estadual nº 10.294/1999. Na instrução do respectivo processo administrativo, decidiu-se pela intimação de Ísis para fornecimento de informações e de documentos necessários à apreciação e apuração da denúncia. No entanto, embora devidamente intimada, Ísis não quis responder à referida intimação. Nessa hipótese, a omissão da denunciante
- (A) implicará no arquivamento do processo, se de outro modo o órgão responsável pelo processo não puder obter os dados solicitados.
  - (B) resultará no julgamento do processo no estado em que se encontra, e Ísis perderá o direito de recorrer se a decisão lhe for desfavorável.
  - (C) não impede o andamento do processo, que será julgado com as provas e os documentos existentes, mas Ísis poderá recorrer da decisão, se esta lhe for desfavorável.
  - (D) não afetará o andamento do processo, que continuará seu regular trâmite até decisão final.
  - (E) acarretará a exclusão de Ísis do processo, e o Ministério Público deverá assumir o lugar da denunciante para a continuidade do processo.

## ADMINISTRAÇÃO

51. O ciclo administrativo é constituído pelo desempenho das funções administrativas, entre elas, a organização, sendo aquela responsável pelo ato de organizar, estruturar e integrar os recursos. Assinale a alternativa que apresenta uma atividade da função administrativa da organização.
- (A) Definir os planos para alcançá-los.
  - (B) Monitorar o desempenho.
  - (C) Programar as atividades.
  - (D) Dividir o trabalho.
  - (E) Formular objetivos.
52. A gestão pública, até o início dos anos de 1980, caracterizava-se pela centralização decisória e financeira na esfera federal. Atribui-se ao Decreto-Lei nº 200/67 o marco inicial da reforma administrativa gerencial na Administração Pública brasileira e esse processo culmina na reforma administrativa ocorrida em 1995. Em relação a esse modelo gerencial, é correto afirmar:
- (A) impulsiona-se o processo de centralização político-administrativa e a municipalização das políticas públicas, o que leva à transformação e ao fortalecimento das instituições democráticas no país.
  - (B) a característica central da gestão pública é a substituição da sociedade civil no processo de formulação das políticas públicas, na implementação dos programas e no controle da ação governamental.
  - (C) busca a inserção e o aperfeiçoamento da máquina administrativa voltada para a gestão e a avaliação *a posteriori* de resultados em detrimento ao controle burocrático e *a priori* de processos.
  - (D) trata-se de um processo que enseja mudanças na organização e no funcionamento do governo federal, incorporando de forma diferenciada as diretrizes adotadas e o grau de institucionalização dos canais de gestão burocrática.
  - (E) é baseado por um pensamento centralizador e autoritário, sendo, ainda mais, permeável aos resquícios da administração patrimonialista, pressupondo uma racionalidade absoluta.
53. Observar, desenvolver e prover pessoas capacitadas para a realização de atividades; isso indica a razão da existência de Gestão por Competências. O ciclo contínuo de desenvolvimento, necessário para que essa metodologia promova transformações importantes no ambiente de trabalho, é formado por 4 etapas. Aquela que promove o aprendizado e o treinamento de conhecimentos, habilidades e atitudes, cujos níveis de proficiência encontram-se abaixo das necessidades técnicas e comportamentais imprescindíveis para o cargo/função, é conhecida como
- (A) transformação.
  - (B) desenvolvimento.
  - (C) mapeamento.
  - (D) monitoramento.
  - (E) avaliação.
54. O método de avaliação de desempenho mais simples, que se propõe a fazer um registro dos pontos fortes e fracos do funcionário, seu desempenho anterior, seu potencial e sugestões para aperfeiçoamento, e que não requer formatos complexos ou muito treinamento para ser feito, é
- (A) a classificação por grupo.
  - (B) o relatório escrito.
  - (C) a escala gráfica de mensuração.
  - (D) a classificação individual.
  - (E) a comparação em pares.
55. O método de avaliação de desempenho denominado incidentes críticos consiste em
- (A) classificar os funcionários dentro de faixas determinadas como quartiz, ordenando os funcionários do melhor ao pior.
  - (B) dar notas aos fatores de desempenho em uma escala incremental.
  - (C) medir em um *continuum* os comportamentos reais relativos ao trabalho.
  - (D) comparar um funcionário com cada um dos outros, classificando-os como o melhor ou pior do par, e atribuindo-lhe uma pontuação baseada no número de vezes em que ele foi o melhor na comparação.
  - (E) avaliar comportamentos que são os divisores de águas entre realização eficaz e ineficaz de um trabalho.

- 56.** O treinamento e desenvolvimento formal faz-se necessário, pois as habilidades se deterioram e podem tornar-se obsoletas. A habilidade de interagir eficazmente com os colegas e os chefes, dentro da unidade de trabalho, representa uma das quatro categorias básicas, denominada de
- (A) solução de problemas.
  - (B) técnica.
  - (C) empatia.
  - (D) interpessoal.
  - (E) linguagem.
- 57.** Na execução do treinamento informal, observa-se o
- (A) compartilhamento de informações e a promoção da solução de um problema por todos os funcionários (em conjunto).
  - (B) treinamento fora do trabalho, com formato estruturado, por meio dos programas de aprendizagem, que não promove a ruptura do próprio ambiente do trabalho.
  - (C) treinamento no trabalho, planejado com antecedência, por meio de rodízio de tarefas, que promove a ruptura do próprio ambiente do trabalho.
  - (D) treinamento no trabalho, com formato estruturado, por meio da preparação de substitutos eventuais, que não promove a ruptura do próprio ambiente do trabalho.
  - (E) treinamento fora do trabalho, planejado com antecedência, em que os mentores promovem a ruptura do próprio ambiente do trabalho.
- 58.** O Plano Plurianual consiste em planejamento estratégico de médio prazo e, no seu conceito, o grupo de despesas da Administração Pública, utilizado para classificar os gastos com investimentos, é tratado como
- (A) Metas.
  - (B) Despesas correntes.
  - (C) Diretrizes.
  - (D) Programas.
  - (E) Despesas de capital.
- 59.** A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias irá dispor, entre outros elementos, sobre os critérios e a forma de limitação de empenho por ato próprio dos Poderes e do Ministério Público, a ser efetivada quando verificada, ao final de um bimestre, que a realização de receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Para aplicação dessa disposição, considera-se o resultado nominal como a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas,
- (A) não considerando o pagamento de principal da dívida.
  - (B) incluindo o pagamento de parcelas do principal, dos juros da dívida e as receitas financeiras obtidas.
  - (C) não considerando o pagamento dos juros da dívida.
  - (D) não considerando as receitas financeiras obtidas.
  - (E) não considerando o pagamento de principal da dívida as receitas financeiras obtidas.
- 60.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual e
- (A) será acompanhado de reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definidos com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos no Plano Plurianual.
  - (B) conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes do demonstrativo regionalizado do efeito, integrante do Plano Plurianual.
  - (C) o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas leis e normas de crédito nacional.
  - (D) conterá todas as despesas de capital e as receitas correntes líquidas que atenderão à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (E) será acompanhado de todas as despesas correntes e as receitas correntes líquidas que atenderão à Lei Orçamentária Anual.

**61.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, equipara-se à operação de crédito

- (A) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- (B) a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16 da própria lei.
- (C) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.
- (D) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (E) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, dos Estados e Municípios.

**62.** A Controladoria representa um processo relevante para os entes públicos na medida em que alinha o fluxo de informações a fim de alcançar os objetivos esperados pela Administração Pública. Ao se preocupar em elaborar e monitorar registros contábeis, criar e interpretar demonstrativos contábeis, disponibilizar informações aos *stakeholders*, implementar procedimentos e políticas de controle, a Controladoria desempenha sua função

- (A) de proteção e controle dos ativos.
- (B) de controle interno.
- (C) gerencial estratégica.
- (D) contábil.
- (E) de gestão da informação.

## RECURSOS HUMANOS

**63.** As admissões no serviço público para o Estado de São Paulo são regulamentadas pela Lei Complementar nº 180/1978. Ela prevê a admissão por prazos indeterminados e por prazos certos e determinados. Em que situação é vetado o uso da admissão?

- (A) Para cargos de direção.
- (B) Em funções de natureza técnica.
- (C) Para a execução de serviços decorrentes de convênios.
- (D) Em funções de natureza transitória.
- (E) No caso de contratos regidos pela CLT.

**64.** Quanto à ação conhecida como Planejamento de Recursos Humanos, ou Planejamento de Pessoal, é correto afirmar que se refere

- (A) ao planejamento, à organização e seleção da mão de obra direta, no curto e médio prazo, das áreas administrativas e operacionais.
- (B) ao planejamento sobre o pessoal estritamente técnico e atribuído especificamente à área de Planejamento e Controle da Produção.
- (C) ao dimensionamento e à decisão a respeito da mão de obra indireta, em determinado espaço de tempo, de cargos operacionais e técnicos.
- (D) ao processo de análise e decisão a respeito dos recursos humanos necessários para atingir os objetivos organizacionais, em determinado espaço de tempo.
- (E) ao processo de análise e organização da seleção para contratação de pessoal técnico, observando exclusivamente o médio e longo prazo.

65. Quando Prahalad e Hamel (1990) criam o conceito “competências essenciais das organizações”, vinculam essa formulação ao desenvolvimento de recursos intangíveis organizacionais, entre outras coisas. As competências essenciais são definidas como
- (A) sendo única e exclusivamente referentes às competências funcionais, estando vinculadas às habilidades baseadas em vivências e experiências.
  - (B) o aprendizado coletivo na organização, especialmente em como coordenar as diversas habilidades de produção e integrar as múltiplas facetas da tecnologia.
  - (C) competências coletivas que estão vinculadas unicamente às atitudes individuais sobrepondo toda e qualquer habilidade.
  - (D) uma forma de conhecimentos, habilidades técnicas e operacionais, e atitudes, porém não exclusivamente.
  - (E) competências individuais, tendo, como componente primordial, a aprendizagem vinculada às habilidades técnicas e operacionais.
66. O conceito de treinamento é melhor definido como um processo
- (A) que está relacionado com mudanças profundas no comportamento dos funcionários, sempre olhando para o longo prazo.
  - (B) que representa alto custo em termos de inversão de recursos, podendo ou não gerar resultados positivos.
  - (C) sistemático, de longo prazo, alterando o comportamento dos funcionários na direção do alcance dos objetivos organizacionais e no cumprimento da missão.
  - (D) que é abrangente, tem função preventiva, e com foco no desenvolvimento integral do funcionário, no longo prazo.
  - (E) que envolve a transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas específicas, focado no curto prazo.
67. Um dos modelos para a formação de equipes pressupõe que elas sejam compostas por funcionários de vários departamentos e/ou de diferentes habilidades técnicas e funcionais. O nome correto desse tipo é equipe funcional
- (A) autogerenciada.
  - (B) diversificada.
  - (C) temporária.
  - (D) *ad hoc*.
  - (E) cruzada.
68. Dentre as várias formas de se conceituar uma organização de aprendizagem é que ela facilita e permite o aprendizado de todos os seus membros e renova-se continuamente. Essa definição foi utilizada por Peter Senge quando elaborou o seu programa de desenvolvimento organizacional, composto por 5 disciplinas. A disciplina que permite e intensifica o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos coletivos é
- (A) Maestria Pessoal.
  - (B) Pensamento Sistêmico.
  - (C) Aprendizado em Equipe.
  - (D) Visão Compartilhada.
  - (E) Modelo Mental.
69. Ao se falar em Cultura Organizacional, frequentemente se fala em camadas que vão se sobrepondo e compondo a forma única que a organização apresenta, e que a diferencia das demais. A camada, que é traduzida pelos valores praticados pela organização, representando as “verdades implícitas” compartilhadas por todos os seus membros, é a
- (A) dos mitos organizacionais.
  - (B) das representações simbólicas.
  - (C) dos valores compartilhados.
  - (D) das pressuposições básicas.
  - (E) dos artefatos.

70. Assinale a alternativa que contém um benefício ao mesmo tempo espontâneo, monetário e assistencial.

- (A) Complementação de aposentadoria.
- (B) Seguro de vida em grupo.
- (C) Horário flexível.
- (D) 13º salário.
- (E) Adicional por trabalho noturno.

71. Um aspecto da ambiência organizacional, que é conjuntural, não estrutural, e que reflete: 1) o grau de satisfação do pessoal com o ambiente interno da empresa e 2) a motivação dos membros da organização, denomina-se

- (A) cultura organizacional.
- (B) mesoambiente.
- (C) desenvolvimento organizacional.
- (D) clima organizacional.
- (E) macroambiente.

72. No processo de Gestão do Desempenho, a fase da avaliação é uma das mais, se não a mais, importante. Porém, é nela, também, que podem ocorrer erros, que são resultantes de distorções e desvios na avaliação. Esses fatores podem comprometer os resultados e conduzir a decisões equivocadas. Um desses erros é conhecido como efeito halo. Assinale, dentre as alternativas, aquela que contém sua definição.

- (A) Ocorre quando o avaliador atribui ao avaliado suas próprias qualidades e seus defeitos, de forma inconsciente.
- (B) Acontece quando o avaliador extrapola para vários aspectos do desempenho a impressão geral do avaliado.
- (C) O avaliador concentra-se nos acontecimentos de curto prazo, não atentando para outras ocorrências dentro do período avaliado.
- (D) O avaliador não conhece as técnicas de avaliação e baseia-se apenas no bom senso, atrelando-se a questões de menor importância.
- (E) Ocorre quando o avaliador evita usar pontuações baixas ou altas e concentra-se na média.

73. Dentre as recentes mudanças na legislação trabalhista no Brasil, uma delas refere-se à demissão sem justa causa. Assinale a alternativa que contém a afirmação correta referente à nova regra.

- (A) Se pedir demissão, não tem direito a sacar o FGTS.
- (B) O pagamento da multa rescisória do FGTS é de 20%.
- (C) O empregado poderá sacar 100% do FGTS depositado.
- (D) O empregado recebe o seguro desemprego.
- (E) A empresa deve conceder um aviso prévio de 30 (trinta) dias, no mínimo.

74. Alguns autores entendem que há duas formas possíveis de se estruturar uma organização. A forma mecânica, apropriada para ambientes estáveis, e a forma orgânica, apropriada para ambientes em constante mutação.

Assinale a alternativa que contém corretamente uma das características de uma estrutura orgânica.

- (A) As tarefas são formalizadas em direitos, obrigações e métodos que são transpostos para os papéis funcionais.
- (B) As operações e o comportamento no trabalho são dirigidos por meio de instruções e decisões tomadas no topo.
- (C) A cultura organizacional baseando-se nas tradições, regras e nos procedimentos, com reforço do princípio hierárquico.
- (D) Os problemas são divididos e segmentados, sendo resolvidos por encaminhamento às áreas específicas e especializadas.
- (E) As comunicações entre as pessoas são de natureza lateral, e seu conteúdo é a base de informações e orientações.

#### ARQUIVO E PROTOCOLO

75. De acordo com o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. A redação oficial deve caracterizar-se, em primeiro lugar, pela

- (A) informalidade.
- (B) individualidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) integridade.
- (E) impecabilidade.

- 76.** Os documentos do padrão ofício devem obedecer a seguinte diagramação:
- (A) o início de cada parágrafo do texto deve ter 2,5 cm de distância da margem esquerda; o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 3,0 cm de largura; o campo destinado à margem lateral direita terá 1,5 cm.
  - (B) o início de cada parágrafo do texto deve ter 3,0 cm de distância da margem esquerda; o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 2,0 cm de largura; o campo destinado à margem lateral direita terá 2,5 cm.
  - (C) o início de cada parágrafo do texto deve ter 2,0 cm de distância da margem esquerda; o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 2,0 cm de largura; o campo destinado à margem lateral direita terá 2,0 cm.
  - (D) o início de cada parágrafo do texto deve ter 3,5 cm de distância da margem esquerda; o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 2,5 cm de largura; o campo destinado à margem lateral direita terá 3,0 cm.
  - (E) o início de cada parágrafo do texto deve ter 1,5 cm de distância da margem esquerda; o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 2,5 cm de largura; o campo destinado à margem lateral direita terá 2,0 cm.
- 77.** O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é:
- (A) *Eminentíssimo Senhor*, seguido do cargo respectivo.
  - (B) *Ilustríssimo Senhor*, seguido do cargo respectivo.
  - (C) *Reverendíssimo Senhor*, seguido do cargo respectivo.
  - (D) *Excelentíssimo Senhor*, seguido do cargo respectivo.
  - (E) *Digníssimo Senhor*, seguido do cargo respectivo.
- 78.** Os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por órgãos governamentais, em nível federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas atividades administrativas, judiciárias ou legislativas, recebem o nome de arquivos públicos. Há três espécies de arquivos públicos:
- (A) comerciais, empresariais, particulares.
  - (B) correntes, intermediários, permanentes.
  - (C) específicos, informatizados, administrativos.
  - (D) digitais, microfilmados, eletrônicos.
  - (E) físicos, jurídicos, oficiais.
- 79.** Método de Arquivamento é uma sequência de operações que determina a disposição de documentos de um arquivo ou coleção, uns em relação aos outros, e a identificação de cada unidade. Considerando-se os métodos de arquivamento, assinale a alternativa correta.
- (A) O método alfabético é também denominado método específico.
  - (B) O método numérico é um método de arquivamento indireto.
  - (C) O método alfanumérico é subdividido em simples e dúplice.
  - (D) O método mnemônico busca combinar letras e números para facilitar a memória.
  - (E) O método variadex é uma variante do método numérico.
- 80.** Recebe o nome de edital
- (A) o ato emitido pela administração superior de um órgão, determinando providências, constituindo comissões, delegando poderes e concedendo benefícios, nos termos da lei.
  - (B) o documento em que se registra convenção ou acordo pelo qual uma ou mais pessoas se obrigam para uma outra ou outras a dar, fazer ou não fazer alguma coisa.
  - (C) o documento em que se dá a conhecer a alguém, pessoa física ou jurídica, um preceito, para a prática ou não de um ato.
  - (D) o ato escrito oficial em que há determinação, aviso, postura, citação etc, e que se afixa em lugares públicos ou se anuncia na imprensa para conhecimento geral ou de interessados.
  - (E) o resumo sobre algum assunto ou um sumário do que contém uma providência legal ou do que decidiu uma autoridade.

## REDAÇÃO

Leia os textos.

### TEXTO 1

Com os quadros de funcionários cada vez mais enxutos, cresce a cada dia a busca das empresas por profissionais multitarefa, ou seja, aqueles que são capazes de exercer com eficácia mais de uma função. Hoje, mais do que ser bom tecnicamente, o funcionário deve ter a capacidade de adaptação, gestão e desenvolvimento em todos os setores. Se o cargo for de liderança, a responsabilidade só aumenta, e a necessidade de ser um profissional multitarefa é cada vez mais requisitada pelas companhias. “Isso acontece também em pequenas empresas onde um único funcionário é responsável por várias fases do processo de produção e vendas. Por esse motivo, demonstrar flexibilidade para desempenhar esses diversos papéis se faz necessário para trazer os resultados de que a empresa precisa”, revela a *coach* Vivian Sant’Anna.

(Isadora Couto. Como ser um profissional multitarefa?. *Gestão & Negócios*. <http://goo.gl/JybbSU>. 11.04.2017. Adaptado)

### TEXTO 2

Com a economia estagnada e a dificuldade de abrir novas vagas de trabalho, muitas empresas preferem o chamado funcionário multitarefa. Contudo, essa exigência pode sabotar os resultados que as empresas esperam dos funcionários. Uma pesquisa da Universidade de Utah, nos Estados Unidos, por exemplo, revela que apenas 2,5% das pessoas dão conta de várias tarefas durante o dia, o que coloca em xeque os trabalhos desenvolvidos por quem fica sobrecarregado.

As consultorias de recursos humanos não recomendam às empresas esse perfil de profissional argumentando que a concentração é afetada e que nenhuma atividade será desenvolvida com efetividade se o colaborador estiver dividido entre diversas tarefas. O mercado de trabalho, entretanto, parece ignorar as recomendações e valoriza os candidatos que se intitulam como multitarefa, até porque ser especialista e administrar somente sua função não basta. As empresas querem mais do que isso.

(A questão do profissional multitarefa. *DescomPLICANDO carreiras*. <http://goo.gl/KTnn4u>. 23.03.2015. Adaptado)

### TEXTO 3

Os profissionais multitarefa costumam ser ágeis, dinâmicos e evitam a procrastinação. A versatilidade desse tipo de profissional permite que seja encaixado em diversos setores. Isso pode ser percebido principalmente em empresas pequenas, que contam com um número menor de funcionários.

Com tanta habilidade e jogo de cintura, esse perfil de empregado tem total flexibilidade para se adaptar a novas tarefas. Muitas vezes, por medo de mudanças na rotina, um colaborador pode apresentar resistência para assumir novas responsabilidades e desafios, o que não acontece com o multitarefa. Ele é capaz de assumir novas funções e aprender diferentes habilidades.

Dessa maneira, esse profissional consegue desenvolver mais de uma competência, tornando-se mais completo e podendo ajudar a empresa em diversas situações. Isso pode prolongar sua permanência na organização e aumentar o seu valor dentro do mercado de trabalho.

Um multitarefa também otimiza seu tempo e é ágil na solução de problemas. Além disso, ele está conectado à agilidade e às mudanças rápidas que a tecnologia impõe hoje em dia.

(Ramiro Novak Filho. Profissional multitarefa: vantagem ou desvantagem para a empresa?. *CLSB*. <http://goo.gl/DBHPYx>. 18.10.2017. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

## À CAPACIDADE DE SER MULTITAREFA AUMENTA OU DIMINUI A QUALIDADE DO TRABALHO EXECUTADO PELO PROFISSIONAL?



